

**METROPOLITANA EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA**

CNPJ (MF) 10.407.005/0001-97 NIRE 2620.246.451-4

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA “METROPOLITANA EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA”, EM SOCIEDADE ANÔNIMA “METROPOLITANA EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO S.A.”, REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2021.

nos 29 (vinte e nove) dias do mês de setembro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), às 10h00 hs, (dez horas), na sede da sociedade na Rua Doutor Vilas Boas, nº 630, Bairro, CEP 50.780-035, Recife, Estado de Pernambuco, especificamente para deliberar e formalizar a transformação da sociedade empresarial limitada em sociedade anônima, presente a **PFC HOLDING S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Doutor Vilas Boas, nº 630, Bairro, CEP 50.780-035, Recife, Estado de Pernambuco, inscrita no CNPJ (ME) sob o nº 10.756.502/0001-99 e NIRE 26.001.7401.77, neste ato representada, por seus Diretores **Paulo Fernando Chaves Júnior**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, empresário, residente e domiciliado na Avenida Boa Viagem, nº 1642, apto 1001, Boa Viagem, Recife, Estado de Pernambuco, CEP 51111-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 2721401-04, **Paulo Gustavo Rossiter Chaves**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, empresário, residente e domiciliado na Avenida Boa Viagem, nº 1642, apto 401, Boa Viagem, Recife, Estado de Pernambuco, CEP 51111-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 2940905 SSP/PE e inscrito no CPF (ME) sob o nº 689.611.384-72, única sócia detentora da totalidade do capital social da sociedade em transformação limitada denominada **METROPOLITANA EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA**, com sede na Rua Doutor Vilas Boas, nº 630, Bairro, CEP 50.780-035, Recife, Estado de Pernambuco, inscrita no CNPJ (ME) sob o nº 10.407.005/0001-97 e com seus atos constituídos nos arquivados na Junta Comercial do Estado de Pernambuco – JUCEPE sob o NIREDA 26.2.0246451-4 em 18 de dezembro de 2018 e alterações posteriores também arquivadas na Junta Comercial JUCEPE. Por decisão da sócia acima assumiu a Presidência dos trabalhos **PAULO FERNANDO CHAVES JUNIOR**, ficando conferido a mim, **PAULO GUSTAVO ROSSITER CHAVES**, o encargo de Secretário. Tendo em vista o objetivo único da Assembleia, qual seja, a transformação da **METROPOLITANA EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA**, em sociedade anônima com a conversão das atuais quotas do capital social da sociedade em ações ordinárias da companhia, sem qualquer solução de continuidade, mantendo-se o mesmo ativo líquido da sociedade, a transformação da sociedade em sociedade anônima, com o objetivo de qualquer extinção da personalidade jurídica da sociedade, a qual continuará a realizar todos os seus negócios, havendo assim apenas e tão somente uma transformação na sua forma jurídica, de modo que, com a transformação, passa a sociedade a ser regida pelas disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e demais disposições legais aplicáveis às sociedades por ações, deixando a mesma de ser disciplinada em contrato social por ser através de estatuto social, foi de imediato procedida a leitura e análise do projeto de Estatuto Social, que restou aprovado sem ressalvas, operando-se em seguida e, ainda, sem ressalva a aprovação da transformação objetivada, passando em consequência e doravante a sociedade, por força deste instrumento e na melhor forma de direito, a ser denominada de **METROPOLITANA EMPRESAS DE TRANSPORTE COLETIVO S.A.** e ser regida pelas disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, demais disposições legais aplicáveis à espécie, e pelo Estatuto Social aprovado na presente Assembleia. Dando continuidade aos trabalhos e considerando haverem sido cumpridas as formalidades legais necessárias, tendo-se em consequência e para todos os fins e efeitos de direito, como devidamente elevada a transformação da sociedade empresarial limitada da sociedade anônima que passa a ser denominada **METROPOLITANA EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO S.A.** Dando transformação foi realizada observados os termos dos artigos 220 e 221, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sem qualquer solução de continuidade, mantendo-se, portanto, o mesmo ativo e passivo, direitos e obrigações de qualquer natureza, e sem que implique a transformação em qualquer extinção da personalidade jurídica da sociedade, que continua assim a realizar todos os seus negócios, havendo apenas e unicamente uma transformação na sua forma jurídica, passando o capital social de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) a ser dividido em 6.000.000 (seis milhões) de ações ordinárias da Sociedade, do valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, conforme o Estatuto Social aprovado, o qual será acompanhado do respectivo boletim de subscrição. Procedeu-se a seguir a eleição da Diretoria com mandato para o triênio de 2021 a 2024, elegendo-se para os cargos de Diretores Executivos: **PAULO FERNANDO CHAVES JUNIOR**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, empresário, residente e domiciliado na Avenida Boa Viagem, nº 1642, apto 1001, Boa Viagem, Recife, Estado de Pernambuco, CEP 51111-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 2721401-04, **Paulo Gustavo Rossiter Chaves**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, empresário, residente e domiciliado na Avenida Boa Viagem, nº 1642, apto 401, Boa Viagem, Recife, Estado de Pernambuco, CEP 51111-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 2940905 SSP/PE e inscrito no CPF (ME) sob o nº 689.611.384-72 e **PAULA ROBERTA CHAVES CAMARA**, brasileira, casada sob o regime de separação de bens, empresária, residente e domiciliada na Avenida Boa Viagem, nº 1448, apto 1001, Boa Viagem, Recife, Estado de Pernambuco, CEP 51111-000, portadora da Cédula de Identidade RG nº 2940904 SSP/PE e inscrita no CPF (ME) sob o nº 830.288.204-63. Os diretores eleitos declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fúlcum ou a propriedade. A Assembleia Geral fixou os honorários da Diretoria em R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais) mensais para cada um dos diretores, a ser pago, ainda em 2021, até o fim do primeiro trimestre de cada exercício, em forma de honorários, e em seguida, por mim, Secretário, o Boletim de Subscrição das Ações resultantes da transformação documento este que, juntamente com um exemplar do Estatuto Social aprovado, acompanharei a Ata no arquivamento e registro perante a Junta Comercial do Estado de Pernambuco – JUCEPE. Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à leitura desta ata, a qual depois de lavrada, lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes, dela extraindo-se as cópias necessárias para todos os fins legais. **Recife (PE), em 29 de setembro de 2021. PAULO FERNANDO CHAVES JUNIOR - Presidente, PAULO GUSTAVO ROSSITER CHAVES – Secretário, Acionista: PFC HOLDING S.A.**

ESTATUTO SOCIAL  
METROPOLITANA EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO S.A.  
CAPÍTULO I  
DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

**Artigo 1º** - A companhia tem a denominação social de **METROPOLITANA EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO S.A.**, e é uma sociedade por ações, regendo-se pela lei das sociedades por ações e pelo presente Estatuto. **Artigo 2º** - A companhia tem sede na Rua Doutor Vilas Boas, nº 630, Barro, CEP 50.780-035, Recife, Estado de Pernambuco, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir filiais, escritórios ou dependências outras em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 3º** - o prazo de duração da companhia é indeterminado. **CAPÍTULO II - DO OBJETO SOCIAL - Artigo 4º** - A Companhia tem por objeto social:

transporte rodoviário em geral, inclusive urbano, intermunicipal e interestadual, turístico de superfície, de cargas e de encomendas; serviços de manutenção de oficina; estacionamento; e exploração do ramo de transporte fluvial em geral. **Parágrafo único** – A companhia poderá se associar a terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, sempre no interesse, dos seus objetivos, por deliberação de acionistas que detenham mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social. **CAPÍTULO III – DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES** - **Artigo 5º** – O capital social da Companhia, subscrito e totalmente realizado é de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), divididos em 6.000.000 (seis milhões) de ações ordinárias nominativas do valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. **Artigo 6º** – As ações ordinárias são de uma única classe e possuem direito de voto, sendo que a cada uma dessas ações caberá um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. **Artos 7º** – As ações não serão representadas por canteles, presumindo-se a titularidade destas pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações da Companhia. **Parágrafo Único** – As ações são indivisíveis em relação à Companhia, a qual reconhecerá um só proprietário para cada ação. **Artigo 8º** – Compete à Assembleia Geral deliberar sobre os aumentos de capital, mediante proposta da Diretoria, ou do Conselho Fiscal, se em funcionamento, podendo a respectiva integralização processar-se isoladamente ou em parcelas, e a qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro, constituídos em dinheiro; c) qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro. **Parágrafo Único** – A subscrição de ações está sujeita ao exercício do direito de preferência à subscrição de novas ações, sendo fixado o prazo de decadência não inferior a 30 (trinta) dias para o exercício desse direito, contado da publicação do edital sumário na forma da Lei. **Artigo 9º** – A sociedade poderá adquirir as suas próprias ações nos casos admitidos em lei ou por decisão. **Parágrafo Único** – As ações a que se refere este artigo, adquiridas pela Sociedade, ou a ela doadas e mantidas em tesouraria, enquanto permanecerem nessa situação não terão direito a dividendos nem a voto. **Artigo 10º** – Os dividendos serão pagos dentro de 60 (sessenta) dias da data em que tenham sido declarados, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, mas sempre dentro do mesmo exercício social. **Parágrafo Único** – Os dividendos não reclamados dentro de 3 (três) anos, contados da data da Assembleia Geral a que os tenha distribuído, reverterão integralmente a favor da sociedade. **Artigo 11º** – As ações da companhia somente poderão ser alienadas a outro acionista ou a terceiros, se assegurada preferência, em igualdade de condições ou pelo valor patrimonial das mesmas, prevalecendo o que for menor, aos demais acionistas na proporção do número de ações que detiverem cada um deles. **Parágrafo Primeiro** – O acionista que desejar alienar as suas ações deverá notificar este fato à diretoria da sociedade, indicando as condições da alienação e o nome do acionista ou terceiro interessado na aquisição, devendo a diretoria no prazo de 10 (dez) dias contados do dia do recebimento, encaminhar carta por cópia das mesmas aos demais acionistas para que os mesmos exerçam, no prazo de 30 (trinta) dias contados do dia do recebimento, o direito de preferência à aquisição. **Parágrafo Segundo** – Se, dentro de 30 (trinta) dias, após a primeira notificação, não for calculado o preço base no último Balanço Patrimonial aprovado em Assembleia Geral, atualizando-se monetariamente na forma da lei as contas do Patrimônio Líquido, até o mês de calendário em que deva ocorrer a alienação, admitida ainda a elaboração do cálculo com base em Balanço Patrimonial levantado para esse específico fim em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data da pretendida alienação, para que seja exercido o direito de preferência pelo menor valor patrimonial encorridado. **Parágrafo Terceiro** – E vedada a instituição de ônus ou gravames, seja de que natureza for, sobre as ações, sem a anuência unânime dos acionistas. **Artigo 12º** – A preferência para aquisição de ações de emissão da companhia, prevista no artigo anterior, pode ser exercida com referência à totalidade ou parcialmente, em relação ao número de ações que o acionista deseja alienar. **Parágrafo Único** – O direito de preferência será exercido pelos acionistas em igualdade de condições, independentemente da espécie ou classe das ações sobre as quais deva ser exercido o direito. **Artigo 13º** – O direito de preferência para aquisição das ações de emissão da sociedade, previsto nos anteriores artigos 1º e 12, não se aplica ao caso de sucessão “causa mortis”, nem tampouco no caso de doação, pelos acionistas, a seus herdeiros necessários, ou conferência, pelos mesmos, de suas ações, ao capital de pessoa jurídica a qual só participam o acionista e seus herdeiros necessários, de forma permanente. **CAPÍTULO IV – DA ASSEMBLEIA GERAL** - **Artigo 14º** – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, e extraordinariamente sempre que os interesses da sociedade exigirem. **Artigo 15º** – A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria, sem prejuízo do disposto no Parágrafo 1º do artigo 123 da Lei 6.404/64, em dois atos sucessivos, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e 08 (oito) dias, destinados a todos os acionistas, a qual deverá ser encaminhada ao endereço indicado pelo acionista perante a sociedade e constar além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria. **Parágrafo Primeiro** – A convocação particular de que trata o caput acima não dispensa a convocação mediante anúncio publicado por três vezes, no mínimo, na forma do parágrafo primeiro do art. 124 da Lei 6.404/76, sendo, contudo, considerada regular e eficaz, independentemente das formalidades de convocação, a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Parágrafo Segundo** – A Assembleia Geral será presidida por um acionista escolhido entre os presentes, o qual convidará, para Secretário, outro acionista, ou um advogado de acionista constituído há menos de um ano. **Parágrafo Terceiro** – Os acionistas poderão fazer-se representar na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado. **Artigo 16º** – Compete à Assembleia Geral Ordinária, na forma do art. 132 da Lei nº 6404/76: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, em conformidade com as disposições estatutárias e legais; e c) Eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal da Companhia, quando for o caso. **Parágrafo Único** – Compete à Assembleia Geral Extraordinária: a) Reformar o estatuto social; b) Autorizar a emissão de debêntures, partes beneficiárias e outros valores mobiliários; c) Deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e saída da sociedade, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e demais pessoas com poderes para isso; d) Autorizar a emissão de Contas de Consórcio; e) Autorizar a criação de outras classes ou espécies de ações, bem como alterar suas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferências; f) Deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorra para a formação do capital social; g) Deliberar sobre a participação em grupo de sociedades. **Artigo 17º** – A instalação da Assembleia Geral dar-se-á, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, a maioria do capital social com direito de voto, exceto nos casos em que a lei estabeleça maior quoria. **Artigo 18º** – As deliberações das Assembleias Gerais, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes. **CAPÍTULO V – DA ADMINISTRAÇÃO** - **Artigo 19º** – A companhia será administrada por uma Diretoria composta por 3 (três) membros, eleitos pela Assembleia Geral, com um mandato de 3 (três) anos, denominados Diretores Executivos, acionistas ou não, residentes no País, pos-

entre os reileitos sucessivamente por igual período, com investidura no cargo mediante assinatura do termo de posse no respectivo livro de atas. **Parágrafo Primeiro** – Eventual demora na eleição e investidura da nova Diretoria importará na prorrogação automática do exercício das funções administrativas pela Diretoria sucedida, até que se verifiquem aqueles atos. **Parágrafo Segundo** – A Assembleia Geral fixará anualmente a remuneração dos Diretores tendo em vista as condições econômicas e financeiras da Companhia. **Parágrafo Terceiro** – Os Diretores ficam dispensados de prestar qualquer garantia ou caução para o exercício de seus cargos. **Artigo 20** – Compete a Diretoria cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral, o Estatuto Social e a legislação em vigor, com poderes legais para administração e representação da sociedade, competindo-lhe: a) decidir sobre a criação e extinção de cargos e funções, fixar o quadro de pessoal, estabelecer remunerações e gratificações, expedir o regulamento do pessoal; b) determinar as diretrizes da administração e dos negócios da sociedade; c) distribuir e aplicar os resultados financeiros, de acordo com as deliberações da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento; d) criar e extinguir filiais, sucursais, agências, escritórios e outras dependências; e) sugerir alterações do Estatuto Social; f) resolver os assuntos pessoais, que não sejam de competência legal da Assembleia Geral; g) aprovar o balanço anual e o balanço de verificação, sob o batimento dos autos e do conjunto de fatos exigidos por lei. **Artigo 21** – Competem aos Diretores: a) agir sempre e conjuntamente, ou, com procurador legalmente constituído, sob pena de ineficácia do ato, poderão representar a companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, bem como usar a denominação social em todos os atos e interesses dos seus negócios e atividades, relacionadas ou não com o seu objeto social, inclusive: comprar, prometer comprar, vender, prometer vender, arrendar, ceder, receber em cessão, comodato, doação, dação em pagamento, caução, hipotecar, arrematar, adjudicar, usucapir, adquirir, alienar ou onerar, sob qualquer forma ou título, bens e direitos da sociedade; móveis ou imóveis, fungíveis ou infungíveis, suscetíveis ou não de avaliação; firmar contratos de qualquer natureza, públicos ou particulares; admitir ou demitir empregados, constituir procuradores e advogados, fixando-lhes os respectivos salários e honorários; arcar, movimentar e encerrar contas bancárias, de investimentos e de poupança; emitir, endossar, aceitar, avaliar e descontar cheques, notas promissórias, duplicatas, letras de câmbio, conhecimentos de transportes, debêntures e quaisquer outros títulos de crédito; assinar bordaureu; contrair empréstimos e financiamentos, em qualquer instituição bancária ou financeira, da rede oficial ou particular, arcar, movimentar e encerrar contas bancárias, receber, emitir, endossar, visar, descontar ou avalizar cheques, letras de câmbio, duplicatas e outros títulos de crédito ou instrumentos comerciais, reclamar, receber, negociar e estabelecer a forma de pagamento de todos os débitos para com a companhia. **Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-á a seguinte: (a) os instrumentos de mandato não poderão ter prazo superior a 1 (um) ano, salvo aquele cujo finalidade seja *judicial*, que poderá ter prazo indeterminado, devendo o prazo de validade não exceder a 2 (dois) anos, quando o prazo de validade do instrumento de mandato tem por objeto a prática de atos que dependem de autorização da Assembleia Geral, o efetivo exercício do qual não ficará expressamente condicionado à obtenção da pertinente autorização. **Parágrafo Segundo** – Os Diretores e os procuradores devidamente constituídos ficam expressamente proibidos de praticar atos estranhos ao objeto social e aos negócios da companhia, tais como avais, fianças, endossos e outras garantias em favor de terceiros, sob expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito, substituindo sempre a responsabilidade pessoal de quem praticar tais atos a revelia das determinações estatutárias, a menos que tais atos tenham sido previamente aprovados pela Assembleia Geral. **Parágrafo Terceiro** – Em caso de vacância definitiva, a Assembleia Geral será convocada para eleição do substituto, que permanecerá no cargo pelo prazo restante do mandato do substituído. **Parágrafo Quarto** – Findo o prazo de gestão, os Diretores permanecerão no exercício dos respectivos cargos até nova eleição da Diretoria. **Artigo 22** – A Diretoria se reunirá periodicamente sempre que se fizer necessário para o interesse social, mediante convocação de qualquer de seus membros, por meio de carta ou notificação com 7 (sete) dias de antecedência, instalando-se com a presença da maioria dos membros. **Parágrafo Primeiro** – Fica dispensada de convocação a reunião da Diretoria em que todos os membros estejam presentes. **Parágrafo Segundo** – As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo 1 (um) voto a cada um dos Diretores. **Parágrafo Terceiro** – Ocorrendo eventual empate nas deliberações dos Diretores, a matéria posta em votação será considerada rejeitada. **Parágrafo Quarto** – A cada reunião o Conselho Fiscal, se estiver constituído, será assinado pelos membros presentes.

**CAPÍTULO VI – DO CONSELHO FISCAL.** **Artigo 23** – Será criada uma Comissão Fiscal, com funcionamento não permanente, composta de 3 (três) membros e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, pessoas naturais, residentes no País, que atendam os requisitos legais. **Artigo 24** – O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral na forma da lei. **Parágrafo Único** – A deliberação da Assembleia Geral que instalar o Conselho Fiscal elegerá os seus membros com observância das disposições legais, fixará a sua remuneração, bem como determinará seu prazo de duração. **Artigo 25** – Os membros do Conselho Fiscal, quando este estiver em funcionamento, terão a competência, deveres e responsabilidades previstas na lei. **Artigo 26** – Em caso de impedimento, ausência, ou vaga, os membros efetivos serão substituídos pelos membros suplentes na ordem de sua nomeação constante da Ata da Assembleia Geral que os eleger. **CAPÍTULO VII – DO EXERCÍCIO SOCIAL E DEDUÇÃO DOS LUCROS.** **Artigo 27** – O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, data em que se levantará o balanço geral e as demais demonstrações contábeis e financeiras, com observância das prescrições legais. **Parágrafo Único** – A companhia poderá levantar balanços intermediários e, por deliberação da Assembleia Geral, declarar e distribuir dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços ou à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros. **Artigo 28** – Dos resultados apurados, serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e Tributos sobre o lucro; o lucro remanescente terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, que não excederá o limite de 20%, conforme a Lei nº 6.044/76; (b) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, para pagamento de dividendos aos acionistas, conforme o artigo 202 do Estatuto Social; e (c) o restante da distribuição determinada pela Assembleia Geral. **CAPÍTULO VIII – DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO.** **Artigo 29** – A companhia se dissolverá nos casos previstos na Lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante, fixar sua remuneração e instalar o Conselho Fiscal, que deverá funcionar durante o período de liquidação. **Parágrafo Único** – O liquidante terá os deveres e poderes que a lei lhe confere e, em todos os atos e operações realizadas em nome da companhia, deverá usar a denominação social da companhia seguida das palavras “Em Liquidação”. **CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 30** – Os casos não previstos neste Estatuto serão resolvidos de conformidade com as disposições da Lei nº 6.044, de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais aplicáveis. Recife (PE), 29 de setembro de 2021. PFC HOLDING S.A. - Paulo Fernando Chaves Júnior - Paulo Gustavo Rossiter Chaves.



Publicidade Legal - 31 de julho de 2024 - METROPOLITANA  
EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA - ATA pd  
Código do documento 1c891227-7301-49dd-9fd3-867359518353



## Assinaturas



EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100  
Certificado Digital  
fabiohenrique@folhape.com.br  
Assinou

## Eventos do documento

### 30 Jul 2024, 18:19:37

Documento 1c891227-7301-49dd-9fd3-867359518353 **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE\_ATOM: 2024-07-30T18:19:37-03:00

### 30 Jul 2024, 18:19:49

Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE\_ATOM: 2024-07-30T18:19:49-03:00

### 30 Jul 2024, 18:20:03

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 177.207.72.31 (177.207.72.31.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 3386). Dados do Certificado: CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100, OU=videoconferencia, OU=22121066000172, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, L=RECIFE, ST=PE, O=ICP-Brasil, C=BR. - DATE\_ATOM: 2024-07-30T18:20:03-03:00

## Hash do documento original

(SHA256):8d318198adb78bc06683d75621afd517f3709878378d1fadd84742bd65c11f02  
(SHA512):5543f62c207062d63f36e91fbc5a4d34f35efaf5ac76d0d23a8f55b8b6f263996ae1a397f48ce49bf6c038897ac484e3474ee5f773e6a2fd8c15c870e8b0e928

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**